

## ENCONTRO NACIONAL DOS/AS TRABALHADORES/AS DO SEGURO SOCIAL



**Data:** sábado, 18 de maio de 2013

**Local:** sede da Fenasps, em Brasília.

**63 participantes, dos seguintes sindicatos estaduais: CE – ES – MG – PA – PR – RJ – RN – RS – SC – SP e das oposições sindicais do DF e da PB**

### **Pauta:**

1. Informes: GT e atividades do último período;
2. Avaliação de Conjuntura/ Plano de Luta - Dia Nacional de Luta (22.4) - atividades no INSS;
3. Indicativo de Greve por tempo indeterminado a partir de agosto;
4. Assuntos gerais;
5. Encaminhamentos.

### **1. Informes dos Estados:**

#### **CEARÁ**

Falta de médicos-peritos. Há grande quantidade de marcação de e remarcações de perícia e falta de condições de trabalho.

Os servidores do INSS em geral estão vivenciando situações de perseguições políticas, assédio moral, exploração e opressão.

Problemas enfrentados pelas APS do Ceará:

- Indicadores estabelecidos acima da capacidade das APS
- Sucessivos aumentos de vagas na agenda de atendimentos sem qualquer estudo da realidade ou sequer acerto prévio com o gerente local e muito menos ainda supervisão e acompanhamento do SERAT nas APS.

- Falta de transparência do processo de avaliação, da leitura dos indicadores, das datas de leituras dos sistemas que mensuram os resultados e configuração das agendas (turno mestre, adicional e comum);
- Sobre carga de trabalho com n° de agendamentos superior ao de servidores para o mesmo horário, acarretando a elevação do tempo de espera dos requerentes e o adoecimento de servidor
- Deficiência no quadro de servidores com ênfase nas Agências do PEX, o que causa o deslocamento e agendamentos para outras APS, sobrecarrecando-as;
- Demanda espontânea elevada
- Pouca ou nenhuma orientação nos agendamentos via canais remotos, causando a ida do requerente às APS sem os documentos necessários para o requerimento do benefício e em muitas vezes sem sequer saber o que realmente deseja requerer;
- Ausência de capacitações, treinamentos ou reuniões de serviços, acarretando na falta de atualização, reflexão, e debate entre os servidores sobre a legislação e condições efetivas de trabalho
- Agendamentos para locais distantes da moradia que tem acarretado a participação de intermediários e políticos que se oferecem para transportar os requerentes em troca de dinheiro ou voto. Além disso, as pessoas que vem do interior, na sua maioria, passam o dia inteiro nas APS, chegando pela manhã mesmo quando estão agendados para a tarde, devido aos transportes disponíveis. Vale salientar que na sua maioria são pessoas doentes/incapazes ou idosas e, portanto, já bastante fragilizadas.
- Sistemas falhos e redes instáveis, que impedem os atendimentos ou os tornam morosos
- Sistema SIBE implantado apresentando falhas e lentidão, além da falta de treinamento adequado para os servidores. Como exemplo, citamos os processos que mesmo após a conclusão de todas as etapas do reconhecimento de direito permanecem represados no INFGER como pendentes de ação do posto, quando na realidade é uma falha de sistema decorrente de instabilidade ou indisponibilidade e não depende de nenhum procedimento da APS.

## Sugestões

- Construção de documento, apresentando problemas, sugestões e reivindicações
- Organização das agendas tendo por base o estudo da capacidade de cada APS, considerando n° de servidores, média mensal de agendamentos por serviço, habilidade dos servidores da unidade ente outros indicadores, inclusive com a participação do gerente da APS que reconhece a realidade da APS e pode contribuir para a configuração de uma agenda que atenda a realidade local;
- Uniformização da agenda pelo tipo de APS (A, B ou C) com relação à abertura de vagas e periodicidade;

## Reivindicações

- Retorno das capacitações, treinamentos e reuniões de serviços periódicas com a participação dos servidores e não somente os gerentes e chefes de serviços
- Transparência em todo processo avaliativo das APS
- Uniformização das agendas com a participação dos gerentes, a coordenação e supervisão do serviço de atendimento
- Foco na qualidade do atendimento para o usuário e para o servidor

Abaixo segue lista das APS que perderam o turno estendido no nordeste, conforme Portaria nº 273, da Superintendência Regional Nordeste, de 15 de maio de 2013.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA Nº 273 /INSS/ SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE, DE 15 DE MAIO DE 2013					
GEX	OL	APS	Atendimento	Funcionamento	Restabelece
FORTALEZA	05.001.110	FORTALEZA-PARQUELÂNDIA	07:00 a 16:00	07:00 a 17:00	03/06/2013
FORTALEZA	05.001.130	MARANGUAPE	07:00 a 16:00	07:00 a 17:00	03/06/2013
FORTALEZA	05.001.230	PACATUBA	07:00 a 16:00	07:00 a 17:00	03/06/2013
JOÃO PESSOA	13.001.100	SANTA RITA	07:00 a 15:00	07:00 a 17:00	03/06/2013
NATAL	18.001.040	NATAL SUL	07:00 a 16:00	07:00 a 17:00	03/06/2013
NATAL	18.001.080	PARNAMIRIM	07:00 a 16:00	07:00 a 17:00	03/06/2013
SALVADOR	04.001.030	SALVADOR-BROTAS	07:00 a 16:00	07:00 a 17:00	03/06/2013
SANTO ANTÔNIO DE JESUS	04.025.060	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	07:00 a 16:00	07:00 a 17:00	03/06/2013
SANTO ANTÔNIO DE JESUS	04.025.090	VALENÇA	07:00 a 15:00	07:00 a 17:00	03/06/2013
SOBRAL	05.022.090	SOBRAL	07:00 a 16:00	07:00 a 17:00	03/06/2013
TERESINA	16.001.090	SÃO RAIMUNDO NONATÓ	07:00 a 15:00	07:00 a 17:00	03/06/2013

## ESPÍRITO SANTO

No Dia 26 de março não houve paralisação nas APS do ES. Houve manifestação na APS de Cachoeiro de Itapemirim.

O Sindsaudeprev/ES realizou uma passeata com servidores federais, estaduais e municipais que culminou com ato político em frente à Secretaria de Gestão e Orçamento do Estado (Seger). A passeata iniciou com ato na APS de Vitória/ES.

Foram realizadas assembleias por local de trabalho nas APS e assembleia geral.

Constantemente, o Sindsaudeprev/ES discute condições de trabalho, as metas são motivos de reclamações constantes e tem aumentado o índice de adoecimento dos nossos servidores ocorrido em função do caráter do trabalho, do envelhecimento da categoria, das condições e da intensidade de trabalho, etc., Além da criminalização do atendimento dos servidores.

Em relação ao turno estendido, não houve APS que perderam o turno. Todas as metas foram alcançadas. Entretanto, há assédio moral nas APS em virtude do turno estendido.

A reabilitação profissional, que faz atendimento à população não faz 6h. Eles alegam que o serviço é centralizado e os servidores não estão lotados nas APS mas sim no Serviço de Saúde do Trabalhador (SST).

Após Encontro Nacional do INSS, o Sindsaudeprev/ES vai realizar assembleias locais para discutir as deliberações do Encontro.

## MINAS GERAIS

Foi feita campanha do abaixo-assinado pela anulação da reforma da previdência.

Será organizado um encontro do INSS na regional norte de MG para mobilização em relação ao assédio moral.

No estado, estão revoltados os servidores das APS que não estão enquadradas no turno estendido. Três cidades perderam o turno estendido.

Na capital, Belo Horizonte, está havendo um ajuntamento de APSS para centro e bairro.

## **PARÁ**

Foi realizada manifestação na GEX/Belém em 24 de abril. No mesmo período, foi realizada uma reunião com gerente de Belém. Servidores da APS Abaetetuba fizeram um manifesto.

Eleições do sindicato ocorrem em 20 e 21 de maio.



## **RIO DE JANEIRO**

No Rio de Janeiro acontecerá uma reunião da direção no dia 21 maio, às 17h. Mas, apesar dos ataques dos governos, a direção do Sindsprev/RJ continua sem conseguir mobilizar os trabalhadores.

## **RIO GRANDE DO NORTE**

Comemoração ao Dia do trabalhador: houve, no dia 31 de março Marcha com ato público no centro comercial de Natal e em Mossoró, com participação do Sindprevs/RN e outros sindicatos de servidores estaduais e federais. No 1º de maio, realização da festa do trabalhador na área de lazer do Sindprevs/RN, com realização de torneio e entrega de premiação aos vencedores.

Retorno das reuniões do Fórum dos Servidores Públicos Federais na sede do Sindsef.

Seminário da GEAP realizado no dia 14 de maio com a participação do superintendente da GEAP em nível estadual e representantes da FENASPS.

Seminário (debate) sobre a Convenção 151 da OIT, reforma sindical, imposto sindical no dia 21 de maio, com a participação (orador) de Jose Maria, da coordenação da CSP-Conlutas.

## **RIO GRANDE DO SUL**

Conforme o calendário deliberado pela FENASPS, o Sindisprev/RS empreendeu ações nas regionais que culminaram com a assembleia dos servidores do INSS no dia 11 de maio, quando foram discutidas as questões pontuais das 30 horas/turno estendido e o IMA/GDASS.

Continuamos o processo de mobilização e a proposta de construção da GREVE por tempo indeterminado para o mês de agosto.

O Sindisprev/RS participou ativamente do Ato das Assistentes Sociais em defesa da 30 horas, realizado no dia 16 de maio quando das comemorações do seu dia.

## **SANTA CATARINA**

O Sindprevs/SC realizará várias atividades nos próximos meses:

1. Formação dias 20 e 21 de maio;
2. IV Seminário da Frente Nacional contra a privatização da Saúde
3. Seminário de Saúde do Trabalhador dias 13, 14 e 15 de junho
4. Seminário Unificado de Imprensa Sindical dias 4 e 5 de julho;

Houve Audiência Pública na Assembleia Legislativa sobre a privatização de Hospital Estadual que reabrirá no próximo mês, após reforma, sob gestão de uma Organização Social.

Aconteceu também Encontro Estadual de Servidores do INSS para deliberar os delegados que viriam ao Encontro Nacional em Brasília e que, avaliação preliminar dos locais de trabalho, não vislumbram qualquer mobilização da categoria para o próximo período.

Vários servidores da base da categoria terão desconto em folha para reposição de valores recebidos de 2002 a 2009 por meio da rubrica da URP;

Por fim, o Sindprevs/SC avalia que temos que construir a mobilização e que o turno estendido, uma conquista parcial pelas 30h, está amarrando, iludindo e acomodando a categoria. E que a construção do movimento passa pela conscientização de que as 30h não existem efetivamente e que talvez a perda ou ameaça de tal condição seja a possibilidade de retomada de mobilização da base.

## **SÃO PAULO**

O sindicato e outras entidades farão Seminário sobre Previdência Social em Araraquara nos próximos dias 7 e 8 de junho.

Dentro das 30h, duas cidades de SP estavam na lista para voltar às 40h. O Sinsprev/SP fez e acompanhou os recursos, no sentido da permanência nas 30h.

**Fechamento de ABI** (Agências de Benefícios por Incapacidade)

O Sinsprev está acompanhando o fechamento de Agências de Benefícios por Incapacidade (ABI), que voltarão a ser APS comum na capital paulista. Os funcionários fizeram opção para onde queriam trabalhar, porém, ainda há problemas com alguns trabalhadores pois, dependendo do lugar, não conseguem permanecer pois algumas chefias escolhem funcionários.

Sobre a calculadora de atendimento, os funcionários solicitam posição da Federação já que estão fazendo experiência no atendimento diário e abrindo mais agendas.



## **Resoluções do Encontro Estadual PARANA Trabalhadores do Seguro Social, no dia 11 de maio:**

- 01 - Campanha Nacional contra a criminalização do Trabalho, exigindo do governo mudança no atual processo de auditoria, que tem agido como um instrumento de repressão e assédio moral ao transformar um simples erro administrativo em crime passível de suspensão, demissão e até prisão em flagrante de servidores, que posteriormente são inocentados perante a lei;
- 02 - Cobrar do Governo que seja feita a extensão do Turno Estendido com Jornada de 30 horas para todos os locais de trabalho que não foram contemplados;
- 03 - Mobilizar os Trabalhadores à luta pela retomada das negociações visando: 01) Incorporação das Gratificações; 02) Plano de Cargos e Carreiras; 03) Melhores Condições de Trabalho; 04) Mudança no processo de trabalho, alterando a questão dos ritmos e tempo de trabalho;
- 04 - Fortalecer a Campanha pela Revogação da Reforma da Previdência e Contra a Empresa Brasileira de Administração Hospitalar – EBSEH;
- 05- Exigir Cumprimento do Mandado de Injunção; buscar audiência no Supremo Tribunal Federal para denunciar descumprimento da decisão pelo governo;
- 06 – Cobrar do governo que seja feita alteração no sistema de trabalho de forma a implantar Auditoria Preventiva para fazer análise permanente nos processos de aposentadorias e pensões, fortalecendo a retaguarda e os serviços de análise, nos moldes que funciona a Junta de Recursos da Previdência Social. Convidando para estarem neste programa os servidores que já se aposentaram e, ou que se encontram em abono de permanência;

- 07–Cobrar do governo a imediata implantação de programa de prevenção, atenção à saúde do trabalhador, começando de imediato com a realização do Exame Periódico para traçar o perfil epidemiológico do adoecimento dos trabalhadores. Utilizar a legislação do SIASS;
- 08 – Buscar parceria com o Ministério da Saúde para realizar programas de exames de glicemia e controle de pressão arterial nos locais de trabalho;
- 09 – Apresentar pauta de reivindicação específica ao governo para assegurar acessibilidade e condições dignas de trabalho para servidores com necessidades especiais; exigir que sejam disponibilizados equipamentos de trabalho e treinamento específico para cumprir as atribuições;
- 10 – Exigir que seja feito treinamento para todos os servidores para prevenção de fraudes, análise de documentos envelhecidos e atualização da legislação previdenciária;
- 11 – Realizar Curso de Formação para que os servidores conheçam sua história, fortalecendo a luta do sindicato;
- 12 – Com base na Lei da Informação e Transparência, requerer junto ao Ministério da Previdência Social, qual é o custeio para manter em serviço os Inquéritos Administrativos, as forças tarefas, as comissões dos PADs, enfim, traçar um perfil dos gastos do aparelho repressor do Estado. Para fazermos comparação com eventual implantação de programa de Auditoria/Análise/Controle Preventivo no INSS;
- 13 – Questionar junto ao INSS, qual é a base legal para manter no INSS a Justificativa Judicial (JJ), que obriga servidores do INSS a cumprirem tarefas que deveriam ser das Procuradorias. Estes serviços sobrecarregam os servidores que não foram treinados para exercerem estas funções;
- 14 – Encaminhar requerimento ao Ministro da Previdência para que seja definida a situação dos Servidores cedidos à Receita Federal do Brasil, AGU e Tribunais Criminais e Eleitorais. Com o objetivo destes estarem fortalecendo os serviços nas APS e ou nas unidades do INSS;
- 15 – Autorizar a Assessoria Jurídica do Sindicato a ingressar com ação na Justiça visando ressarcimento por danos morais a Servidora Lidia Paim, que foi presa, acusada de corrupção e a Justiça não conseguiu obter nenhuma prova contra esta servidora. Uma infâmia foi cometida contra uma pessoa de bem e o Estado precisa reparar o erro que cometeu, por uma questão de justiça;
- 16 – Encaminhar Moção de Protesto ao Governo Federal contra as Privatizações, contra o leilão para venda de lotes permitindo a exploração do petróleo no País;
- 17 – Realizar reuniões mensais e ou bimensais do Grupo de Trabalho do INSS, para discutir as questões referentes aos servidores, levar proposta para a FENASPS realizar reuniões em Brasília com representação dos Estados;
- 18 – Realizar Seminário sobre Saúde do Trabalhador no Estado do Paraná, organizando conjuntamente com Sindicatos de Professores Federais, SINDTEST, Unafisco, ASSIBGE, SINDPEM e SINASEFE, para discutir as questões relativas à Saúde no trabalho e as condições de trabalho;
- 19 – Criar um Grupo de Trabalho para discutir e buscar formas de organização dos servidores do Seguro Social, frente às alterações constitucionais que criaram diferentes regimes previdenciários para os Servidores Públicos;
- 20 – Realizar Encontro Estadual dos Trabalhadores Aposentados e aqueles que estão em aposentatividade (abono) para discutir a situação política e processos de luta, frente às alterações nas regras previdenciárias;
- 21 – Juntamente com a FENASPS acompanhar as discussões sobre a negociação coletiva em tramitação no Congresso Nacional, face a adesão do governo à convenção da OIT;
- 22 – Lançar campanha contra a criminalização dos movimentos sociais por parte do governo, que tem utilizado o poder judiciário para punir trabalhadores.

## RESOLUÇÕES DO ENCONTRO PLANO DE LUTA:

### 1. Calendário aprovado:

**19 de junho** – reencaminhar a pauta da categoria do Seguro Social ao governo

**20 de junho a 5 de julho** – realizar assembleias nos estados

**6 e 7 de julho** – Encontro Nacional do INSS para discutir a **Greve Por Tempo Indeterminado**

**7 de julho** – Plenária Nacional da Fenasps.

2. Orientar os estados à realização de encontros para mobilizar a categoria preparando a **Greve Por Tempo Indeterminado a partir de agosto;**

3. Organizar Seminário de debate sobre o modelo de estado e a atual reestruturação produtiva nos serviços públicos;

4. Orientar os Sindicatos Estaduais a exigir dos setores de Recursos Humanos (RH) das gerências, buscar junto as secretarias municipais de saúde, incluir os servidores no programa de vacinação preventiva a gripe H1N1, para imunizar os servidores;

5. Orientar todos os Servidores das agências para abrir chamados toda vez que tiver problemas de sistema;

6. Que a Fenasps, apresente dados técnicos para contrapor os números que o governo apresenta para justificar a exclusão das APS do Turno Estendido;

7. Exigir do governo que este cobre da Agencia Nacional de Transporte, para que as Empresas de Ônibus possam aceitar os formulários impressos no site da previdência;

8. Orientar que os Sindicatos Estaduais distribuir carta aberta a população denunciando os problemas de atendimento nas agências onde há espera de mais de duas horas, explicando que isto ocorre porque existe agendamento além da capacidade. Inclusive discutir com servidores para que estes liguem aos segurados para reagendar o atendimento. Utilizar a mídia e denunciar as mentiras ao governo;

9. Campanha Nacional contra a criminalização do Trabalho, exigindo do governo mudança no atual processo de auditoria, que tem agido como um instrumento de repressão e assédio moral ao transformar um simples erro administrativo em crime passível de suspensão, demissão e até prisão em flagrante de servidores, que posteriormente são inocentados perante a lei;

10. Que os serviços realizados pelos setores como a OI e a manutenção, sejam considerados no processo da avaliação da capacidade de atendimento da agenda;

11. Cobrar dos gestores transparência com relação ao funcionamento dos indicadores no Sistema de Gerenciamento de Atendimento (SGA)

12. Cobrar do governo que seja feita alteração no sistema de trabalho de forma a implantar Auditoria Preventiva para fazer análise permanente nos processos de aposentadorias e pensões, fortalecendo a retaguarda e os serviços de análise, nos moldes que funciona a Junta de Recursos



da Previdência Social. Convidando para estarem neste programa os servidores que já se aposentaram e, ou que se encontram em abono de permanência;

13. Apresentar pauta de reivindicação específica ao governo para assegurar acessibilidade e condições dignas de trabalho para servidores com necessidades especiais; exigir que sejam disponibilizados equipamentos de trabalho e treinamento específico para cumprir as atribuições;

14. Sobre a calculadora de atendimento, os funcionários solicitam que a Federação cobre posição do governo, pois os gerentes das APS, já que estão fazendo experiência no atendimento diário e abrindo mais agendas;

15. Encaminhar requerimento ao Ministro da Previdência para que seja definida a situação dos Servidores cedidos à Receita Federal do Brasil, AGU e Tribunais Criminais e Eleitorais. Com o objetivo destes estarem fortalecendo os serviços nas APS e ou nas unidades do INSS;

16. Questionar junto ao INSS, qual é a base legal para manter no INSS a Justificativa Judicial (JJ), que obriga servidores do INSS a cumprirem tarefas que deveriam ser das Procuradorias. Estes serviços sobrecarregam os servidores que não foram treinados para exercerem estas funções;

17. Criar um Grupo de Trabalho para discutir e buscar formas de organização dos servidores do Seguro Social, frente às alterações constitucionais que criaram diferentes regimes previdenciários para os Servidores Públicos;

18. Encaminhar Moção de Protesto ao Governo Federal contra as Privatizações, contra o leilão para venda de lotes permitindo a exploração do petróleo no País;

19. Lançar campanha contra a criminalização dos movimentos sociais por parte do governo, que tem utilizado o poder judiciário para punir trabalhadores;

20. Exigir que seja feito treinamento para todos os servidores para prevenção de fraudes, análise de documentos envelhecidos e atualização da legislação previdenciária;

Brasília, 24 de maio de 2013  
**Diretoria Colegiada da FENASPS**